

Saber e prática na constituição da sexualidade da pessoa com deficiência mental

Myrna Wolf Brachmann dos Santos*
Antônio Carlos do Nascimento Osório**

Resumo

Partindo dos resultados da análise de dez relatórios de pesquisa, e tendo por fundamentação teórica os estudos de Michel Foucault, este texto tem como objetivo evidenciar a relação existente entre a produção do saber e as práticas cotidianas que se estabelecem no meio social. É parte do relatório de dissertação que analisou produções acadêmicas cujo tema é a sexualidade da pessoa com deficiência mental relacionando-as a um projeto de orientação sexual desenvolvido com jovens com deficiência mental. Nessa associação é possível identificar concepções de sexualidade e deficiência mental apresentadas por um viés biologicista condicionando a proposição de uma orientação sexual tida como “antídoto” para o problema das manifestações de sexualidade desses sujeitos. Isso leva à necessidade de atenção e reflexão em relação às verdades veiculadas na produção acadêmica e coloca desafios à produção de novas perspectivas e de novas práticas que produzam outras verdades sobre a sexualidade e sobre a sexualidade da pessoa com deficiência mental.

Palavras-chave: Sexualidade. Pessoa com deficiência mental. Orientação sexual.

Learning and practice in the constitution of sexuality of the mentally deficient person

Abstract

Taking as a starting point the analysis of ten research reports, and founded on the studies of Michel Foucault, this text aims at making evident the existing relationship between the producing of learning and daily practices that are established in society. It is part of a dissertation that analyzed academic productions, the theme of which is sexuality in the mentally deficient person, relating them to the project of sexual orientation developed with mentally deficient young people. In this association it is possible to identify conceptions of sexuality and mental deficiency presented from the point of view of biology and conditioned by the proposition of sexual orientation taken as an “antidote” for the problem of the manifestations of sexuality in the subjects studied. This leads to the necessity

* Professora doutoranda PPGEduc/UFMS – Curso de Doutorado em Educação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

** Professor Doutor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

of attention and reflection on perspectives and the new practices which produce other truths about sexuality and about the sexuality of the mentally deficient person.

Keywords: Sexuality. The mentally deficient person. Sexual orientation.

Introdução

Para Foucault, estudioso no qual essa pesquisa foi fundamentada, a condição de sujeição do indivíduo está diretamente relacionada ao exercício do poder e à forma como as relações de poder estão dispostas: “[...] O indivíduo é um efeito do poder e é, ao mesmo tempo, na mesma medida em que é um efeito seu, seu intermediário: o poder transita pelo indivíduo que ele constituiu” (2002a, p. 35). Cada sujeito é constituído em meio às relações de saber-poder, mas é também nelas que exerce poder sobre si e sobre o outro.

A sexualidade, segundo os estudos foucaultianos (FOUCAULT, 2001) tem sido utilizada em nossa sociedade como um dispositivo de controle dos sujeitos que permite o acesso a cada um e à coletividade como um todo. Nessa lógica da biopolítica¹ as instituições são instrumentos desse dispositivo disciplinar e normalizador para todos os sujeitos, portanto, não o são apenas para o grupo de pessoas com deficiência mental, nem o são apenas em relação à sexualidade.

Nesse entendimento, o sujeito e sua sexualidade são frutos de uma verdade criada, são produções historicamente elaboradas; se dão no contexto social real. Assim compreende-se aqui a pessoa com deficiência mental² e sua sexualidade, sujeitos à produção cultural e à historicidade da qual se é parte.

A pesquisa

Este texto apresenta resultados de uma pesquisa que analisou os discursos de verdade³ sobre a sexualidade da pessoa com deficiência mental em dez relatórios de pesquisa, duas teses e oito dissertações,⁴ e um projeto de orientação sexual para pessoas com deficiência mental acompanhado durante um semestre letivo em uma instituição de Educação Especial que atende alunos com deficiência mental na cidade de Campo Grande, MS.

Os trabalhos foram selecionados a partir das seguintes fontes de pesquisa: o Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), ambos disponibilizados através de links de acesso no site da CAPES.⁵ O critério de seleção estabelecido foi o de que os trabalhos abordassem a questão da sexualidade da pessoa com deficiência mental como aspecto central da análise.

A pesquisa identificou discursos e práticas culturais dadas em torno da questão da sexualidade da pessoa com deficiência mental. Realizada a identificação e descrição desses discursos, a análise, cujo desenvolvimento lançou mão dos pressupostos foucaultianos, evidenciou os efeitos de verdade dessas anunciações discursivas⁶ e sua relação com as práticas sociais a que podem dar respaldo. Tal relação sinaliza o quanto os mecanismos de saber-poder-verdade instituem a prática, e em contrapartida, são instituídos a partir dela (FOUCAULT, 1996).

Os discursos e seus efeitos

O estudo da sexualidade em Foucault contempla uma reflexão acerca da forma pela qual a sexualidade veio a ser pensada e compreendida tal como é; e de como os sujeitos puderam ser constituídos em sua sexualidade tal como são. O autor dá importância ao aparecimento da sexualidade na história destacando que:

[...] O importante nessa história [...] é, primeiro, que tenha sido construído em torno do sexo e a propósito dele, um imenso aparelho para produzir a verdade, mesmo que para mascará-la no último momento. O importante é que o sexo não tenha sido somente objeto de sensação e de prazer, de lei ou de interdição, mas também de verdade e de falsidade [...]; em suma, que o sexo tenha sido constituído em objeto de verdade [...]. (FOUCAULT, 2001, p. 56)

Pode-se dizer que os discursos têm íntima relação com certa vontade de verdade. A partir de Foucault (2003), é possível perceber como o discurso pode ser o ponto de articulação entre o desejo de uma verdade a ser imposta e um determinado saber. Há uma relação entre a vontade de verdade e a constituição de um sistema racionalizado de saber em nossa cultura. Esse sistema racionalizado de saber, legitimado como verdadeiro é o lugar do qual se diz a verdade. Ou seja, a condição de um discurso como verdadeiro ou falso é atribuído pelo lugar de interioridade ou de exterioridade a esse sistema de saber legitimado como verdadeiro, como diz Foucault “[...] antes de poder ser declarada verdadeira ou falsa, [uma proposição] deve encontrar-se [...], ‘no verdadeiro’” (2003, p. 34, grifo do autor).

Nessa forma de entendimento, o discurso acadêmico sobre a sexualidade das pessoas com deficiência mental é um discurso de verdade que têm um determinado espaço de disseminação, com regras próprias de circulação e de permissão para ser veiculado.

Assim, a sexualidade em nossa sociedade se constitui de um lado, pelos lugares de produção e veiculação de saber científicos e de outro, pela atuação das instituições e todas as suas práticas (tal como as da família, da

igreja, da escola, da medicina, da psiquiatria, da justiça penal, do estado, da academia, da mídia) todos co-responsáveis pela produção dos saberes, discursos e práticas tornados verdadeiros historicamente. Esse processo que cria “verdades” faz com que elas sejam percebidas como “naturais”, porque são colocadas na ordem natural das coisas.

As práticas institucionais veiculam os discursos de verdade. Quando assumem certas posturas, realizam certos procedimentos, e/ou escolhem certos ideais, veiculam e naturalizam verdades. Instauram aos poucos determinadas verdades por meio de suas escolhas e de seus feitos. Pois, nas relações cotidianas, em seus pontos de atuação local, é que o poder é exercido pelos sujeitos e é nesse sentido que as instituições são compreendidas como os locais onde os micropoderes atuam junto a cada sujeito produzindo e veiculando verdades na relação saber-poder.

Nesse movimento é que os sujeitos são constituídos, eles e sua sexualidade. Nessa compreensão é que a busca do diálogo entre os relatórios de pesquisa sobre a sexualidade da pessoa com deficiência mental e o projeto de orientação sexual desenvolvidos com os alunos com deficiência mental é importante para se pensar o saber e a prática na constituição da sexualidade das pessoas com deficiência mental.

O que está em questão, no entanto, é o modo como o saber, tornado um discurso de verdade, é aplicado em uma sociedade; a maneira como as técnicas e mecanismos que se associam a esse saber para o exercício de certo tipo de poder chegam aos pontos mais locais e constituem os sujeitos e sua sexualidade.

A partir dos trabalhos acadêmicos e do projeto de orientação sexual é possível afirmar que a visibilidade que a sexualidade das pessoas com deficiência mental assume, pelas manifestações de sexualidade, que de uma forma ou de outra, são expressas por esses sujeitos, são tomadas como um “problema” tanto para os familiares e professores quanto para as instituições escolares que eles freqüentam. A presença da masturbação, dos beijos e abraços, dos namoros e das carícias, das insinuações e das perguntas diretas sobre sexualidade, se constitui em um “problema” para muitas pessoas.

Denari aponta para essa interpretação quando, refletindo sobre a masturbação e a forma como a família e escola têm lidado com ela, afirma: “[...] no cerne de suas preocupações no tocante a este assunto, pairam idéias de como lidar com os ‘problemas’ sexuais, especialmente com a masturbação em público [...]” (1997, p. 165, grifo da autora).

Denari (1997) relata que quando solicitou à escola alunos para fazerem parte de sua pesquisa sobre sexualidade, a escola (as professoras e a psicóloga da instituição) lhe destinou quarenta alunos considerados “problema”, em relação à manifestação da sexualidade. O critério adotado selecionou alu-

nos com comportamentos de condutas estereotipadas, como exibicionismo, masturbação (em sala de aula) e encontros entre garotos e garotas fora da sala de aula.

Isso nos leva a afirmar que, na verdade, as manifestações da sexualidade, principalmente, a masturbação, são consideradas problemáticas pela sua inadequação às normas sociais. É a infração à norma que aciona a intolerância social às manifestações de sexualidade desses sujeitos e separam a “normalidade” da “anormalidade”.

Segundo Foucault a tecnologia do poder que vigora no ocidente, pelos procedimentos de disciplinarização e regulamentação, age com a finalidade da normalização. Busca colocar os sujeitos sob padrões comuns a todos. Visa produzir nos corpos os mesmos gestos, os mesmos gostos, as mesmas manifestações, os mesmos desejos. E, quando diagnostica a diferença, fornece um modelo ideal e rotula o que foge à regra. Como afirma Foucault:

O que não é regulado para a geração ou por ela transfigurado não possui eira, nem beira, nem lei. Nem verbo também. É ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio. Não somente não existe, como não deve existir [...]. (2001, p. 10)

Se, as pessoas com deficiência mental forem consideradas anormais em sua sexualidade, tidas como incapazes, desajustadas, haverá espaço para explicações médico-incapacitadoras, e por sua vez, essa perspectiva sinalizará para uma necessária correção e recuperação desses sujeitos (FOUCAULT, 1996), uma forma de prevenir e corrigir o que está sendo considerado um mal. Nesse sentido é que Foucault afirma que a tecnologia do poder “[...] terá necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos [...]” e precisará distribuir os corpos “[...] em um domínio de valor e utilidade [...]” (FOUCAULT, 2001, p. 135).

Essa concepção pode limitar a compreensão desses sujeitos em suas particularidades inscrevendo-os fora do que é considerado natural, normal, abrindo espaço para os preconceitos e para o discurso de que o sujeito com deficiência mental é anormal em sua sexualidade.

A análise dos relatórios e do projeto de orientação sexual sinaliza a possibilidade de que, entendido assim, essa forma de compreensão possa vir a ser tomada como pressuposto na proposição da orientação sexual, como solução para o “problema” das inadequadas manifestações de sexualidade das pessoas com deficiência mental, apontando a escola como responsável por essa tarefa:

No caso do exibicionismo e da masturbação pública é porque não existe uma **orientação preventiva** [...]. (MILITÃO, 1991, p. 30 -, grifo nosso)

Talvez a melhor forma de resolver esse **problema** seja através de uma orientação precoce a nível de seus filhos ou alunos, [...]. (MILITÃO, 1991, p. 45 -, grifo nosso).
[...] parece necessário levar pais e profissionais, que atuam com a clientela, a admitirem que existe a possibilidade e o desejo em muitos deficientes mentais de terem uma vida sexual, e que o **melhor antídoto** contra **problemas** mais graves, é levar informações corretas aos deficientes através da orientação sexual. [...]. (RIBEIRO, H., 1995, p. 369 -, grifo nosso)

Conceber a sexualidade e as suas manifestações como “problema” e a orientação sexual como “solução”, ou como “antídoto”, não suprirá as dificuldades e as necessidades de informação, conhecimento e relacionamento que as pessoas com deficiência mental possam possuir. Um adolescente que teve pouco acesso ao conhecimento sobre sexualidade, que teve poucas oportunidades de convivência social, com um restrito repertório de vivências e relacionamentos, manifestará dificuldades na relação consigo mesmo e com os outros seja em relação à sexualidade, seja em outros aspectos da convivência social e precisa mais do que uma orientação sexual proposta por um tempo limitado.

Em alguns casos, os relatórios analisados privilegiam as preocupações com a saúde, o bem-estar, a prevenção de doenças, o funcionamento anátomo-fisiológico do corpo humano, e a anticoncepção, a realização do ato sexual e a reprodução. Essa tendência também aparece nos trabalhos, suscitadas como argumento para a realização de orientação sexual para os alunos com deficiência mental:

[...] somente a Educação e Orientação Sexual, ministrada de forma compreensiva e sistemática, pode oferecer aos indivíduos, [...] oportunidades de se expressarem sexualmente, **de forma sadia e com o menor risco possível** (VASCONCELOS, 1996, p. 47 -, grifo nosso).
[...] a finalidade de uma **educação sexual sadia**, deverá se capacitar o adulto para adaptar-se com maior facilidade nos meios em que se encontra e desempenhar uma vivência feliz e **eficiente** (MILITÃO, 1991, p. 25 -, grifo nosso).
[...] a educação sexual parece ser o caminho mais seguro e indicado pois somente através dela é que os jovens poderão ter **noções corretas sobre higiene, desejo sexual, métodos contraceptivos** e a conscientização de ter ou não relações sexuais [...] (AGUIAR, 1992, p. 44 -, grifo nosso).
O projeto de orientação sexual que foi acompanhado também sinaliza esse viés médico-higienista:
[...] É essencialmente pela ausência dessa aprendizagem, ao longo da vida, que eles sentem dificuldades em valorizar e respeitar o seu “eu”, em relacionar-se **saudavelmente** com o outro, em exprimir os seus sentimentos, desejos, receios e necessidades,

em perceber qual o verdadeiro valor e significado das relações sexuais [...]. (Projeto de orientação sexual, 2004, Introdução -, grifo nosso)

As preocupações explicitadas, tanto no projeto de orientação sexual quanto nos relatórios de pesquisa, nesses trechos citados, estão fortemente ligadas a concepções médico-higiênicas, com conotações de apelo a uma sexualidade higienista e às vezes, dessexualizada. Porquanto, em alguns momentos, aparece o discurso de uma sexualidade que tem de ser saudável, não arriscada, adequadamente controlada em suas manifestações, “eficiente”, feliz, e de preferência não-sexual.

Programas de orientação sexual elaborados e desenvolvidos com esses pressupostos podem trazer benefícios muito limitados no que diz respeito às necessidades de conhecimento e reflexão dos adolescentes, sejam eles com ou sem deficiência mental.

Também foi encontrada a idéia de que “aspectos negativos” são considerados intrínsecos à sexualidade, o que lhe atribui uma conotação de algo feio, sujo, mau e pecaminoso. Essa idéia aparece utilizada como argumento para a realização da orientação sexual, como se lê em um relatório: “Na verdade a educação sexual teria que libertar-nos de uma sexualidade frustrada, valorizando seus conteúdos positivos” (MILITÃO, 1991, p. 16). Ou em outra afirmação que expressa essa idéia: Dall’Alba, num momento em que, mesmo questionando os preconceitos como agentes determinantes na visão da sexualidade, explicita a idéia de que a sexualidade em si mesma possui aspectos negativos: “[...] Deste modo os preconceitos deformam a visão da sexualidade levando a uma exacerbação dos seus aspectos negativos” (DALL’ALBA, 1992, p. 65).

Essa visão da sexualidade torna difícil a percepção de que não é a sexualidade que possui em si mesma aspectos negativos. Eles são atribuições sócio-históricas, que, naturalizados, passam a ser percebidos como inerentes à própria sexualidade.

Na medida em que as concepções de sexualidade expressas no decorrer dos trabalhos acadêmicos, em algumas nuances reproduzem essas concepções, vê-se desenhar-se na vivência da prática escolar as limitações que delas derivam. É o que pode acontecer se as proposições de orientação sexual forem baseadas na concepção biologicista, com predomínio das preocupações médico-higiênicas, ou se as propostas tiverem como meta enfatizar os aspectos “positivos” da sexualidade.

Um aspecto importante a ser pontuado, diz respeito ao questionamento de uma sutil “exigência” de que as pessoas com deficiência mental recebam, necessariamente, orientação sexual para que possam vivenciar sua sexualidade, usufruindo desse direito, já que “[...] este tipo de exigência nunca é igualmente feita para os não-deficientes; não lhes é exigido que tenham recebido orientação sexual para que possam ter direito a uma vida afetivo-sexual” (FRAN-

ÇA RIBEIRO, H., 1995, p. 243). É o discurso da necessidade da orientação sexual que pode produzir outro efeito nas práticas cotidianas.

Quanto aos materiais analisados que se preocupam em explicitar as vantagens da orientação sexual, destaca-se o relatório de Freitas (1996) que relaciona os benefícios aos alunos com deficiência mental, aos familiares, à instituição e aos profissionais que lá trabalham. As vantagens que relaciona, no entanto, denotam uma espera por dois efeitos: a extinção das manifestações de sexualidade (ao menos as consideradas inadequadas) e a integração e aceitação da pessoa com deficiência mental na sociedade. Nesse relatório pode-se ler afirmações como o trecho transcrito abaixo:

[...] melhoraria a escola no aspecto educativo, auxiliaria o comportamento do aluno e evitaria casos considerados problemas dentro da escola, pois o aluno, tendo conhecimento sobre seu desenvolvimento, conhecendo aspectos da sua fisiologia e sabendo lidar com a sexualidade, poderia controlar melhor seus impulsos e, dependendo do seu grau de deficiência, poderia ter um desenvolvimento sexual considerado aceitável socialmente. (FREITAS, 1996, p. 82)

O texto denota a visível preocupação com as manifestações da sexualidade da pessoa com deficiência mental e com a sinalização de possibilidades de intervenção educativa. Mas condiciona a aceitação da sexualidade da pessoa com deficiência mental à sua moldagem aos padrões vigentes na sociedade, ou seja, será aceita se, se tornar “normal”; em suma, ela precisa deixar de ser o que é.

Com uma leitura feita a partir da perspectiva foucaultiana afirma-se que o mesmo mecanismo que visa a normalização dos sujeitos estabelece a diferenciação de alguns, destaca-os por apresentarem características individuais, são vistos como diferentes, noutras palavras, anormais (FOUCAULT, 1996; 2002b). Dito de outro modo, é um mecanismo que “[...] obriga à homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras. [...]”. (FOUCAULT, 1996, p. 164).

Na contramão desse raciocínio também foram encontradas afirmações diferentes dessas relacionadas a pouco, que se mostram mais próximas das necessidades dos alunos com deficiência mental, e que nos parecem mais favoráveis no que diz respeito ao exercício de sua sexualidade e à possibilidade da realização da orientação sexual no meio escolar:

Não existem modelos de ação seguros [...] [há] a necessidade de uma ampla discussão antes de qualquer proposição de programas de educação sexual. As pessoas são únicas e ímpares e, sob essa ótica devem ser consideradas as pessoas com deficiência

mental. Se há regras a serem seguidas, essas estão voltadas principalmente para a individualidade de cada um e para seu direito em expressar-se sexualmente. (VASCONCELOS, 1996, p. 101)

[...] a sexualidade não se vincula apenas ao aspecto corporal; ela tem a ver com o mais profundo do nosso ser, com a nossa razão, com os nossos sentimentos. [...] Daí uma adequada orientação para a vivência de uma sexualidade mais livre é um importante e necessário investimento a favor da mais plena realização humana. (DENARI, 1997, p. 8)

[...] Educar sexualmente implica oferecer condições para que os educandos possam analisar criticamente a sua realidade, assim como para outros aspectos da educação, não somente a sexual. [...] sendo imprescindível a busca em direção ao desenvolvimento permanente da sensibilidade e da criatividade no relacionamento pessoal, incorporando em seu planejamento aspectos psicológicos e sociais, o que não implica em descartar as questões biológicas. (AMARAL, 2004, p. 108)

[...] a escola deveria ser esse espaço de orientação sexual, [...] onde os alunos pudessem desenvolver seu senso crítico, sendo ajudados a realizar uma leitura mais livre de preconceitos sobre a sexualidade. (FREITAS, 1996, p. 28-29)

[...] A orientação sexual deve não só permitir uma reflexão sobre a sexualidade, como também questionar como se instalaram determinadas atitudes em relação aos papéis masculino e feminino. (FRANÇA RIBEIRO, 1995, p. 4-5)

Conhecer seu corpo, suas transformações, valorizar e cuidar de sua saúde; Identificar e expressar seus sentimentos e desejos, respeitando-os; Identificar e respeitar os desejos das pessoas; Desenvolver consciência crítica e tomar decisões responsáveis a respeito de sua sexualidade [...]; Oferecer condições para esclarecimentos de dúvidas sobre a sexualidade; [...]. (Projeto de Orientação Sexual, 2004, Objetivos)

No cerne dos processos que constituem os sujeitos está a questão da verdade (FOUCAULT, 2003). Os discursos, tanto quanto as práticas, são instauradores dessas verdades. E é exatamente na prática ? do discurso ou da ação ?, que está a possibilidade da construção de uma proposição condigna de convivência entre as pessoas.

Algumas considerações

Os relatórios analisados⁷ e o projeto de orientação sexual⁸ desenvolvido junto aos alunos com deficiência mental considerados na pesquisa estão visivelmente imbuídos de um esforço evidente em se desprender das concep-

ções de uma sexualidade da pessoa com deficiência mental assexuada ou hipersexuada, patológica ou anormal.

Mas em alguns poucos momentos em suas afirmações, numa anúncia quase sutil, eles acabam por reiterar o discurso de que a sexualidade da pessoa com deficiência mental é uma sexualidade problemática, diferenciada, dito de outro modo, anormal. Isso é evidenciado pelo viés pelo qual lidam com as manifestações de sexualidade da pessoa com deficiência mental, (mais incisivamente com a prática da masturbação), como questões problemáticas, conferindo-lhes um atestado de patologia e anormalidade.

Com sutis menções a uma sexualidade tida como problemática, e que por sua vez precisa ser tratada, vinculadas à sexualidade da pessoa com deficiência mental tem-se o efeito de reforço à existência de um discurso cuja verdade anuncia uma sexualidade anormal e patológica para esses sujeitos.

A proposição da orientação sexual como uma solução, um antídoto, um remédio para esse mal de uma sexualidade anormal, patológica, desajustada, reforça esse discurso. Representa a vinculação saber-poder na medida em que recorre ao saber autorizado para fazer a defesa da necessidade de disciplinarizar e normalizar os sujeitos, via orientação sexual, instituindo-a como mecanismo direto de atuação do poder pelo qual se pode ter o acesso e a intervenção à vivência da sexualidade das pessoas com deficiência mental. O saber e a prática institucional reforçando-se mutuamente.

Quando se tem como pressuposto uma sexualidade considerada negativa, maléfica, associada fortemente aos aspectos biológicos, a proposição da orientação sexual vai refletir esses elementos.

Essa associação da sexualidade aos aspectos biológicos e às preocupações com uma sexualidade “sadia” diz respeito a uma hegemonia do saber médico-científico já apontada por Foucault (2001, 2002b). Esse discurso reforça o saber médico como o lugar da verdade no terreno da sexualidade, reiterando sua posição de saber verdadeiro.

Destaca-se ainda o aspecto paradoxal da evocação à necessidade da orientação sexual como forma de ajustamento do sujeito com deficiência mental à sociedade. Nessa perspectiva é o sujeito com deficiência mental que precisa se adequar às normas e regras sociais para que se dê seu ajustamento; caso contrário, será difícil se não impossível, sua aceitação na coletividade social; discurso que parece inverter os objetivos da inclusão e reforçar o preconceito à deficiência. Em uma reflexão sobre os discursos da “inclusão” Osório afirma:

É possível afirmar que a vontade de proceder à “inclusão” é mascarada pela própria dinâmica das bases de seus discursos [...], calcados numa transformação social, em que a possibilidade é conviver com a diferença, reverterem os próprios valores fundadores de todas as instituições

e mexem com a própria história da civilização, regrada pela discriminação, pelo domínio, pelo controle, e exige, não simplesmente uma inversão dos discursos até então postos, e nem uma simples normalização, mas, sim, uma convergência das práticas sociais, entre os que se auto-avaliam como “normais” e aqueles que são rotulados como “anormais”. (OSÓRIO, 2007, p. 7)

É um alerta para a possibilidade que existe de um discurso ser invertido em seu propósito e funcionar na contramão do que propunha. Essa é uma face do jogo perverso das relações saber-poder que organizam nossa sociedade. Assim, as práticas dos sujeitos ? compreendidas as práticas discursivas, quer a prática institucional, quer a prática do discurso acadêmico ? vinculam-se também às relações saber-poder, produzem e veiculam verdades e dão o tom no processo de constituição de nós mesmos e de nossa sexualidade.

Nas interfaces entre um saber reconhecido socialmente e seu discurso de verdade, entre as práticas escolares que estão sendo defendidas e os sujeitos ali implicados, temos que nos atentar para o fato de que as técnicas de normalização dos sujeitos, de disciplinarização de sua sexualidade são elementos correlatos de uma determinada tecnologia específica de saber-poder que, importa frisar, constitui os sujeitos.

Produzir outras verdades, veicular outros discursos, e realizar outras práticas são formas pelas quais podemos aos poucos construir as concepções de sexualidade e de deficiência mental em que acreditamos. Para Foucault, a verdade é a questão política que está no cerne da mecânica do poder que é exercido sobre os sujeitos. É ela que nos pode servir de instrumento a novas proposições.

Importar-se com os sentidos e as implicações de uma dada prática escolar pode levar-nos a um amadurecimento em relação a elas. E quando ela diz respeito à sexualidade, e a qualquer pessoa, o processo de reflexão não deve ser esquecido, mas deve ser o ponto do qual saímos e ao qual sempre voltamos, em numa busca incessante por uma formação menos sujeitada a falsas moralidades e mais próxima de uma ética de si mesmo. A reflexão deve, portanto, contemplar um olhar dirigido à nossa prática como educadores – o governo do outro – e a nossa prática sobre nós mesmos – o governo de si.

Referências

AGUIAR, O. X. **Comportamento sexual do portador de deficiência mental: perspectiva das APAEs paulistas quanto a sexualidade de sua clientela.** 1992. 140 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, 1992.

AMARAL, M. C. do. **Sexualidade e deficiência mental: impacto de um programa de orientação sexual para famílias.** 2004. 179 f. Dissertação (Mestrado

em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, 2004.

DALL'ALBA, L. **Sexualidade e deficiência mental**: concepção do professor, 1992. 70 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, 1992.

DENARI, F. E. **O adolescente especial e a sexualidade**: nem anjo, nem fera, 1997. 182 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, 1997.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão 13. ed. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 14. ed. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. **Em defesa da sociedade**. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002a.

_____. **Os anormais**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002b.

_____. **A ordem do discurso**. 9. ed. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2003.

FREITAS, M. R. **Concepção de profissionais sobre a importância de uma proposta de educação sexual para deficientes mentais**, 1996. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, 1996.

MELO, M. R. de. **Educação sexual de deficientes mentais**: experiências de professoras do ensino fundamental em Aracaju, 2004. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE, 2004.

MILITÃO, A. C. **A visão de pais e professores sobre a sexualidade de pessoas portadoras de deficiência mental**, 1991. 96 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1991.

OSÓRIO, A. C. do N. Estranho medo da inclusão. **Educação**, Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 301-318, 2007.

FRANÇA RIBEIRO, H. C. de. **Orientação sexual e deficiência mental**: estudos a cerca da implementação de uma programação, 406 f. 1995. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

SAMPAIO, I. E. **Percepção de mães sobre a sexualidade de seus filhos deficientes mentais**, 198 f. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, 1995. (Orientador: Silvio Paulo Botomé).

VASCONCELOS, V. O. de. **Sexualidade e deficiência mental: uma pesquisa de documentos**, 1996. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, 1996.

Notas

¹ A biopolítica é o tipo de poder que vigora em nossa sociedade ? tomando em consideração as elaborações teóricas de Foucault ?, é disciplinar, normalizadora, seus efeitos permeiam os diversos espaços e constituem os diferentes sujeitos. Nela, o saber é um elemento do qual ela se utiliza para produzir os efeitos de verdade necessários à sua mecânica. (FOUCAULT, 2001; 2002a).

² Pela necessidade de adoção um termo de referência às pessoas com deficiência mental, optou-se por essa nomenclatura, que não os identifica pela deficiência mesma ? como quando se usa “o deficiente” ? (VASCONCELOS, 1996) embora o termo escolhido não seja o mais adequado, pois ainda remete o sujeito imediatamente a uma característica que possui e que não é valorizada socialmente.

³ Tendo os estudos foucaultianos como referencia teórica, a expressão “discursos de verdade” designa aqueles discursos legitimados socialmente no interior das relações de saber-poder que adquirem o status de verdadeiro em contraposição a outros discursos tidos como “falsos”, “não verdadeiros”, ou “não científicos” (FOUCAULT, 2003).

⁴ Os Trabalhos são: Aguiar, 1992; Amaral, 2004; Dall’alba, 1992; Denari, 1997; Freitas, 1996; Melo, 2004; Militão, 1991; França Ribeiro, 1995; Sampaio, 1995; e Vasconcelos, 1996.

⁵ As consultas realizadas no início da pesquisa estavam disponíveis em: <http://www.capes.gov.br>. As palavras utilizadas para a busca foram Sexualidade, Deficiência Mental/Deficiente mental, e a combinação entre elas.

⁶ Registramos a ressalva de que nossa crítica não tem como alvo as produções acadêmicas utilizadas na análise, ou suas possíveis limitações. Localizamos nosso olhar para além das produções acadêmicas (que como resultados de pesquisas pontuais são de valor e significado indiscutíveis), mas trata-se de um olhar de um lugar próximo a Foucault, que pretende tecer uma crítica a um saber que tem um espaço de circulação (o espaço acadêmico, os meios de divulgação das pesquisas), cujas anúncios constituem-se como verdades e seus efeitos vão se fazendo presentes, naturalizando-se, nas práticas sociais institucionalizadas, quer seja também, nas práticas escolares.

⁷ Eis o louvor aos trabalhos analisados nesta pesquisa: num cenário em que há tantos preconceitos em relação à sexualidade, à deficiência mental, e à sexualidade das pessoas com deficiência mental, em uma sociedade organizada pela exclusão, pesquisadores interessam-se pela questão e preocupam-se com as concepções disseminadas e as práticas dispensadas a esses sujeitos, e, procurando produzir novos discursos e propor novas práticas, dedicam-se ao estudo, à pesquisa e à reflexão. O valor dessa iniciativa é de grande significado.

⁸ Eis o louvor ao projeto de orientação sexual realizado junto aos alunos com deficiência mental: na medida em que a proposição da orientação sexual não é um continuum na instituição e que as psicólogas se depararam com os adolescentes vivenciando sua sexualidade no interior da instituição, se preocuparam com esses alunos e propuseram um fazer diferenciado, na busca por melhores condições de vivência da sexualidade para eles. A iniciativa é o primeiro mérito da proposta.

Myrna W. B. dos Santos – Antônio Carlos do N. Osório

Correspondência

Myrna Wolff – Rua Guajá, 106, Tatumã, CEP 79097-670 – Campo Grande (MS).

E-mail: myrnawolff@hotmail.com

Recebido em 19 de outubro de 2009

Aprovado em 08 de fevereiro de 2010